

<https://doi.org/10.47456/simb.v13i2.54084>

Integração e Complexidade: uma análise sistêmica da diferenciação sociológica

Integration and Complexity: a systemic analysis of sociological differentiation

Integración y Complejidad: un análisis sistémico de la diferenciación sociológica

Lidiane Rodrigues Domingues

Universidade de Brasília, Brasil.

Resumo Como é possível a Sociologia diante de sua crescente diferenciação interna? Orientado pela Teoria Geral dos Sistemas Sociais (TGSS) e pelo construtivismo cibernético de Heinz von Foerster, este artigo responde a essa questão ao observar a Sociologia enquanto uma forma de autodescrição da modernidade. Partindo da distinção entre sociedade e humanidade, examinam-se as encruzilhadas históricas e contemporâneas da disciplina: a transformação de problemas sociais em problemas sociológicos sob o atrator moderno do progresso; as assimetrias entre Norte e Sul, Centro e Periferia na produção de conhecimento; e o papel do código inclusão/exclusão, particularmente seus atravessamentos discriminatórios na auto-organização da ciência. Argumenta-se que a pluralização de perspectivas – incluindo as teorias decoloniais e os chamados “lugares de fala” – não leva à desintegração da Sociologia, mas ao aumento de sua complexidade interna, permitindo-lhe integrar-se como sistema mundial, lidando com um ambiente social cuja temporalização da complexidade é cada vez mais acelerada.

Palavras-chave: sociologia (sistêmica) da Sociologia; inclusão/exclusão; semântica; diferenciação funcional.



Abstract How is Sociology possible in the face of its growing internal differentiation? Guided by the General Theory of Social Systems (GTSS) and Heinz von Foerster's cybernetic constructivism, this article answers this question, observing sociology as a form of self-description of modernity. Starting from the distinction between society and humanity, it examines the historical and contemporary crossroads of the discipline: the transformation of social problems into sociological problems under the modern attractor of progress; the asymmetries between North and South, Center and Periphery, in the production of knowledge; and the role of the inclusion/exclusion code, particularly its racial intersections, in the self-organization of science. It argues that the pluralization of perspectives – including decolonial theories and so-called "speaking place" – does not lead to the disintegration of Sociology but to an increase in its internal complexity, allowing it to integrate itself as a world system, dealing with a social environment whose temporalization of complexity is increasingly accelerated.

Keywords: (Systemic) sociology of Sociology; inclusion/exclusion; semantics; functional differentiation.

Resumen ¿Cómo es posible la Sociología ante su creciente diferenciación interna? Guiado por la Teoría General de los Sistemas Sociales (TGSS) y el constructivismo cibernético de Heinz von Foerster, este artículo responde a esta pregunta, considerando la Sociología como una forma de autodescripción de la modernidad. Partiendo de la distinción entre sociedad y humanidad, examina las encrucijadas históricas y contemporáneas de la disciplina: la transformación de los problemas sociales en problemas sociológicos bajo el atractor moderno del progreso; las asimetrías entre Norte y Sur, Centro y Periferia en la producción de conocimiento; y el papel del código de inclusión/exclusión, en particular sus intersecciones raciales, en la autoorganización de la ciencia. Argumenta que la pluralización de perspectivas – incluidas las teorías decoloniales y lo llamado «lugar de enunciación» – no conduce a la desintegración de la Sociología, sino a un aumento de su complejidad interna, lo que le permite integrarse como un sistema mundial, que interactúa con un entorno social cuya temporalización de la complejidad se acelera cada vez más.

Palabras clave: sociología (sistémica) de la Sociología; inclusión/exclusión; semántica; diferenciación funcional.

Recebido em 11-02-2026

Modificado em 30-04-2026

Aceito para publicação em 03-06-202

Introdução

Conhecer é mais fácil que conhecer o conhecer; o texto que aqui se propõe é o do segundo caso e, portanto, um tanto quanto frágil. Orientados pela Teoria Geral dos Sistemas Sociais (TGSS), adentraremos uma vereda de numerosas encruzilhadas para responder à questão sobre como é possível a Sociologia. Nisso, observamos através da teoria luhmanniana na tentativa de iluminar alguns dos seus pontos cegos na contemporaneidade – isto é, ver o que ela mesma não pode ver. Começamos logo com um paradoxo, aceitando que nem tudo poderá ser esclarecido, mas apenas possivelmente explicitado. Trata-se, em suma, de uma observação autorreferencial da Sociologia sobre si mesma e, particularmente, sobre suas dificuldades histórica e comunicativamente autoconstruídas.

Metodologicamente, indicarei bifurcações na auto-organização das Ciências Sociais e, em particular, da Sociologia, apontando atualizações e redundâncias estruturais que conduziram sua autopoiese ao que é hoje, colocando também em evidência alguns dos principais equivalentes funcionais na criação da verdade sociológica. Com respaldo no construtivismo radical da Cibernética de Segunda Ordem, observaremos também os limites da própria TGSS para a descrição sociológica contemporânea, procurando por caminhos que ampliem seu alcance. Começarei deslindando alguns conceitos fundamentais para o desenvolvimento do texto; em seguida, explicitarei os principais entraves enfrentados pela Sociologia e pela TGSS na história e na atualidade para, então, elaborar, à guisa de conclusão, algumas possíveis rotas, senão de saída, pelo menos de entrada para novas possibilidades descritivas na disciplina.

Primeira encruzilhada: a distinção entre sociedade e humanidade

A TGSS se descreve como omniabarcadora. Nas palavras do seu fundador, Niklas Luhmann, trata-se de uma superteoria que traz uma mudança de paradigma para a Sociologia (2016b:20). Isso fundamenta-se no pressuposto de que sociedade é pura e unicamente comunicação¹; o (novo) objeto sociológico por excelência, portanto. A primeira consequência dessa fundamentação é a de que tudo que não seja comunicação não é sociedade. Assim, seres humanos, máquinas e árvores estão fora da sociedade. A distinção básica desta teoria é, portanto, entre sistema e ambiente, ou ainda, entre sociedade e seres humanos – os únicos outros sistemas com os quais a sociedade compartilha complexidade por meio da linguagem. Enquanto sistemas

¹ Comunicação aqui compreendida como a consecução de três operações postas em curso entre dois ou mais indivíduos: 1) a seleção de uma informação; 2) a seleção de como essa informação se dará a conhecer; e 3) a seleção de quem compreende a informação e a multiplica em si (Luhmann, 2009).

autopoiéticos, isto é, sistemas que reproduzem a si mesmos e a seus próprios elementos no tempo², sociedade e humanidade constituem-se por meio de diferentes estruturas: a sociedade se operacionaliza reproduzindo informações pressupostas em expectativas, que evanescem assim que realizadas para que novas informações surjam; os seres humanos, por sua vez, enquanto sistema psíquico interpenetrado ao corpo, reproduzem-se por meio de pensamentos concatenados em pensamentos junto de órgãos sensoriais que os permitem observar não apenas as comunicações em seu meio, mas também as cores, as texturas, os odores, dando a essas intensidades significações que acoplam no seu entorno social. Assim, enquanto a comunicação pode ser interrompida e retomada posteriormente, a autopoiese humana não, pois isto significaria a morte. A sociedade é autoexplícita; os seres humanos são, em grande parte, insondáveis. Eles só são observados pela sociedade e outros humanos quando participam da comunicação, mas o que pensam e o que sentem permanece encerrado no fundo das suas próprias entranhas. Eles são, inclusive, em alguma medida invisíveis para si mesmos, dado que toda auto-observação tem limites – embora técnicas como as da psicanálise possam fazer emergir uma ou outra coisa que possa ser elaborada comunicativamente. A sociedade, enquanto comunicação, tem a característica de se reproduzir descrevendo-se; ela sempre diz o que é e a que vem, ainda que permaneça latente tudo o que por ela não é atualizado no presente comunicativo. A Sociologia, nesse lócus, deve, portanto, observar a comunicação, ou melhor, a comunicação enquanto diferença entre sociedade e humanidade, apontando sempre para o lado societal – e deixando os humanos ao encargo de médicos, psicólogos e outros especialistas. Trata-se, deveras, de um novo paradigma, já que toda a tradição até Luhmann foi, em uma palavra, humanista.

Em sua distinção, sociedade e humanidade são sistemas coevolutivos; não existiriam um sem o outro. Por meio de acoplamentos recíprocos e de um amplo compartilhamento de complexidade, isto é, enquanto principal ambiente um do outro, seres humanos e sistemas sociais têm modos próprios de se observarem. Os humanos nascem e crescem num ambiente social já conformado e nele criam-se a si mesmos por meio da autossocialização, selecionando e apreendendo semanticamente elementos comunicativos que acoplam para conformar sua performance no mundo. A sociedade, por sua vez, observa os seres humanos como endereços sociais, como pessoas aptas ou não a serem incluídas em sistemas sociais por meio de programações. Isto é, na perspectiva sistêmica, um espécime *Homo sapiens sapiens* só se torna pessoa na medida em que vai sendo, ao longo de sua trajetória, incluído em diferentes e sucessivos sistemas sociais: antes de tudo, mesmo antes de nascer, é incluído numa família ou, em casos excepcionais, é incluído, ao nascer, em instituições estatais que cumprem com os

² Para uma definição sucinta: “Um sistema autopoiético é organizado (definido como unidade) como uma rede de processos de produção (síntese e destruição) de componentes de modo que esses componentes: i) se regeneram continuamente e realizam a rede que o produz, e ii) constituem o sistema como uma unidade distinguível no domínio que existem” (Varela, 1991:81).

cuidados necessários ao infante; em seguida, é incluído no direito, por meio de uma certidão de nascimento – mesmo que não saiba disso –, depois, é possível que seja logo incluído pela religião, através de ritos específicos – ainda que não os compreenda –; posteriormente, será incluído na educação, por meio de matrícula ou equivalente; se fizer jus aos protocolos de aprendizagem, poderá ser incluído, então, pela universidade e/ou pelo mercado de trabalho, chegando, assim, à inclusão econômica; mais ou menos concomitantemente, ao alcançar a maioridade, será também incluído pela política, podendo, além de votar, juntar-se a partidos e candidatar-se – se for o caso de autossocializar-se numa democracia –; e, por fim, se seguir uma carreira universitária, poderá, quiçá, ser incluído pela ciência de acordo com seus próprios protocolos de excelência. Do ponto de vista humano, portanto, inclusão e exclusão dependem tanto das condições iniciais da trajetória quanto da ressonância entre a autossocialização e o endereçamento societal na construção da carreira pessoal, havendo neste percurso ampla contingência entre possibilidades.

Enquanto a inclusão é feita de forma altamente rarefeita e condicional, a exclusão, por seu turno, produz alta integração social. Este é, certamente, um dos paradoxos mais contraintuitivos da sociologia luhmanniana: à medida que a inclusão é facultativa e contingente, a exclusão enreda o indivíduo numa teia difícil de escapar – quem não é incluído pela educação, e.g., dificilmente o será pelas organizações políticas e científicas, dentre outras –, fazendo com que trajetórias conduzidas pela exclusão tornem a inclusão cada vez mais improvável. Esta, por sua vez, não garante efeitos de integração; quer dizer, apenas a escolarização, por exemplo, não assegura a inclusão política ou científica; ela precisará ser feita com base nos protocolos próprios do sistema político e científico, embora sob o pressuposto da escolarização. Trocando em miúdos, enquanto a inclusão distribui indivíduos entre sistemas funcionais, a exclusão tende a “aprimoná-los” na marginalidade. Neste sentido, possivelmente a distinção inclusão/exclusão seja a maior prova de que seres humanos não podem, por limitações operacionais, integrar-se por desejo próprio à sociedade (Luhmann, 2013).

A sociedade, por seu turno, não pode (ainda³) prescindir de pelo menos dois humanos em suas operações comunicativas: um que fala e outro que entende, ou um que escreve e outro que lê. Ou seja, ela precisa incluir pessoas que cumpram os requisitos da reprodução em sistemas sociais, dando atenção e participando dos processos comunicativos de toda ordem. Mas veja, do lado da sociedade, as pessoas só são incluídas sob a seletividade dos sistemas sociais, nem sempre rígidos, mas bastante específicos; as pessoas, por outro lado, invariavelmente participam da comunicação e constroem-se a si mesmas irritadas pelo seu entorno social, mas não podem fazer-se incluir em sistemas sociais por vontade, apenas dar atenção, por vezes

³ A possibilidade recente da comunicação entre máquinas aponta para um salto evolutivo nesse sentido, embora, por enquanto, as chamadas Inteligências Artificiais não consigam reconhecer a contingência da comunicação, apenas reproduzi-la (Esposito, 2022).

performática, aos processos comunicativos quando estes lhes requerem⁴ – como comportar-se como um bom ou mau estudante, inscrever-se em processos seletivos e preparar-se para eles, e assim por diante. Sociedade e humanidade têm, portanto, plena autonomia em seus âmbitos operacionais e, ao mesmo tempo, precisam considerar uma à outra permanentemente em suas operações. Em uma Sociologia da Sociologia, essa distinção não é trivial; ela significa que a Sociologia não é feita por sociólogos/as, mas apenas por si mesma – e essa é a primeira encruzilhada que nos aparta de toda a tradição, dando um novo rumo para a análise.

Segunda encruzilhada: como a Sociologia constrói sua própria realidade

Se Luhmann tem os louros por criar uma nova abordagem sociológica, que tira a humanidade da sociedade, é preciso dizer que ele não sacou sua proposta do nada. Sua teoria se insere numa longa linha de pensamento que remonta a Leibniz e a Wittgenstein e, mais recentemente, à Teoria Geral dos Sistemas de Bertalanffy e aos círculos cibernéticos compostos por estudiosos de diversas ordens, como Heinz von Foerster (físico), Margaret Mead (antropóloga), Gregory Bateson (antropólogo), John von Neumann (matemático e físico), Norbert Wiener (matemático), Arturo Rosenblueth (fisiologista), Claude E. Shannon (matemático e engenheiro), W. Ross Ashby (psiquiatra) e, particularmente, Humberto Maturana e Francisco Varela (biólogos). Uma forma interessante de tensionar a TGSS é, então, provocá-la com seus pressupostos herdados e, por vezes, pouco considerados pela ortodoxia. Para o propósito deste texto, as ideias de von Foerster são particularmente relevantes.

Von Foerster foi, dentre os ciberneticistas, possivelmente o mais interessado em conhecer o conhecer. Sua questão norteadora é: como um sistema observador (auto) organiza a realidade? Em 1958, ele fundou o Laboratório de Computação Biológica na Universidade de Illinois, construiu seu próprio computador e passou a desenvolver a Cibernética de Segunda Ordem. Tratando sistemas triviais (as máquinas) e sistemas vivos como isomórficos, von Foerster propôs a teoria da ordem a partir do ruído por meio de um experimento mental que a explica didaticamente: imaginemos uma caixa com cubos magnetizados positivamente em um dos lados, chacoalhamos a caixa e, em seguida, a abrimos. O que vemos é que os cubos se afastaram uns dos outros o máximo possível. Agora, em alguns deles, trocamos a carga positiva por negativa e novamente chacoalhamos a caixa. Ao abri-la, encontraremos alguma forma

⁴ Segundo Luhmann: “O ambiente [...] não contribui para nenhuma operação do sistema [...], mas pode prejudicar, irritar ou, como diz Maturana, perturbar as operações do sistema quando (e somente quando) os efeitos do ambiente aparecem no sistema como informação e podem ser processados nele como tal” (Luhmann, 1997:42).

geométrica resultante da união de alguns quantos polos positivos com outros tantos polos negativos. Um observador pode dizer que ali emergiu ordem, enquanto a única coisa introduzida foi a diferença magnética. Heinz von Foerster vai chamar este fenômeno de ordem a partir do ruído porque, nas palavras dele: “*nenhuma ordem foi fornecida ao sistema, apenas energia barata e não direcionada*” (Foerster, 2002:13). O que organizou os cubos foram as diferenças entre polos magnéticos que transformaram o ruído – o chacoalhar – em ordem para o observador. Esta concepção de von Foerster aplica-se à própria produção de conhecimento; logo, os conceitos (as formas) usados para descrever e explicar quaisquer fenômenos são invenções, ou ainda, são princípios explicativos internos ao observador, enquanto a realidade explicada é, por sua vez, caótica e sem sentido *a priori*. Resumidamente, von Foerster chama de sistema todo observador que organiza seu ambiente de forma autorrecursiva: o observador é a ordem, o ambiente, o ruído. Tudo que existe só existe, portanto, para um observador. Não há, em suma, nenhuma realidade pré-estruturada a ser apreendida por ninguém e, no que nos interessa aqui, pela Sociologia também. Mas, então, como é possível a sociedade e, diferenciando-se internamente a ela, como é possível a Sociologia?

Uma emergência improvável como qualquer outra, a coevolução entre humanos e sociedade se fez – e se faz! – por meio da retroalimentação entre estruturas e semânticas. As estruturas sociais são expectativas sociais, isto é, conexões condensadas por meio da memória comunicativa que se dirigem ao futuro, às próximas comunicações, conduzindo assim à concatenação entre informações de forma seletiva. As semânticas são o arcabouço simbólico disponível para a atualização das expectativas, ficam pressupostas e conformam o que contemporaneamente se tem chamado de cosmovisões e que já foi um dia também chamado de cultura. São os modos pelos quais a concatenação de comunicações é significada. Sem voltar no tempo mais do que o necessário, temos que processos comunicativos emergentes da atualização das estruturas por meio de seus recursos semânticos fazem emergir sistemas sociais de diferentes tipos e, na sociedade moderna, eles são funcionalmente diferenciados. Ou seja, orientam-se por funções específicas, lançando mão de um meio simbolicamente generalizado próprio, de modo que a política toma decisões vinculantes por meio do poder, as relações de intimidade se constroem por meio do erotismo, a arte se produz pela estética e a ciência, que mais nos importa aqui, se perpetua pela busca da verdade (Luhmann, 1996). Todo sistema social tem por característica descrever a sociedade para ela mesma dentro de sua própria prerrogativa, pois, lembre-se, caro/a leitor/a, a comunicação é autoexplícita, ela se faz descrevendo-se. De alguma forma, então, a função da Sociologia é descrever a sociedade para ela mesma por meio dos seus programas: os métodos. Vale recordar, no entanto, que não há nenhuma realidade pré-estruturada *a priori*; porém, quando emerge a Sociologia, junto de outras ciências, mais ou menos no século XIX, a sociedade moderna já havia construído para si mesma alguma realidade por meio da

linguagem, de expectativas e de semânticas que servem, então, como recurso para a criação da realidade propriamente sociológica.

Esse conhecimento produzido na criação da realidade pela Sociologia ocorre, como em todos os casos, por meio da redução da complexidade do meio e, concomitantemente, pelo aumento da complexidade interna da disciplina. Uma definição sucinta de complexidade poderia ser o fato de que, em sistemas complexos, autopoieticos, os elementos não podem conectar-se uns aos outros todos ao mesmo tempo; eles precisam conectar-se de forma seletiva no tempo (Luhmann, 2016b). Tomemos esse mesmo texto como exemplo: o/a leitor/a só pôde compreender qualquer coisa até aqui porque letras, palavras e outros sinais gráficos foram dispostos espacial e temporalmente de forma seletiva e direcionada, isto é, reduzindo possibilidades e aumentando a capacidade significativa concomitantemente. Ao escolher falar sobre a Sociologia por meio da TGSS, exclui-se a possibilidade de falar de qualquer outro tópico por meio de qualquer outra abordagem ao mesmo tempo; apenas esta seleção é capaz de fazer emergir qualquer coisa como uma descrição sobre a Sociologia pelas lentes da TGSS, aumentando sua complexidade interna. Toda a Sociologia – toda a comunicação! – faz isso enquanto se operacionaliza: seleciona elementos (informações) para dispor e atualizar expectativas, recorrendo a semânticas próprias. Uma abordagem marxista seria deveras distinta da que aqui se propõe, por exemplo; reduziria outra complexidade e aumentaria sua própria de outras formas.

Enquanto produto e produtora da sociedade moderna, a Sociologia opera com bases semânticas bastante específicas e generalizadas, isto é, ancorada em modos de significação emergentes na modernidade que são pressupostos por todos os sistemas funcionais. São os chamados atratores, condensações de sentido que orientam seleções de diversos sistemas. No caso da sociedade moderna, trata-se particularmente do norte progressista de aprimoramento constante. Introduzido como expectativa, ou seja, como estrutura, o progresso é uma consequência semântica da emergência dos meios de comunicação de massa (*media*) por meio da imprensa que, operando através do meio simbolicamente generalizado da novidade, introduziu uma nova temporalidade na sociedade, uma que considera melhor o futuro – a inovação – que o passado – a tradição – para vincular as comunicações (Luhmann, 2011). O progresso tem, logo, um condão valorativo e normativo. Enquanto uma revolução comunicativa que ampliou o alcance de todas as comunicações, a imprensa permitiu o surgimento de uma opinião pública, uma observação generalizada da sociedade sobre si mesma, disponibilizando problemas e soluções com vistas ao melhoramento constante (Luhmann, 2011). O progresso, enquanto atrator, é, logo, produto da ressonância da operatividade dos *media* na sociedade. Com a imprensa e essa nova forma de autodescrição social, a valorização da novidade e do aprimoramento tornou-se o norte de todo sistema: a boa arte é sempre a de vanguarda, o bom governo é o que propõe novas soluções e decisões vinculantes e a boa ciência é a das descobertas. É neste

contexto que emerge a Sociologia – junto a outras disciplinas – que, pela redução de complexidade de seu objeto, passa a tecer descrições com base tanto na inovação – de métodos, conceitos e significações – quanto com o propósito, explícito ou não, de melhorar, senão a sociedade que descreve, pelo menos a si mesma. Não à toa, portanto, os problemas sociais foram logo transformados em problemas sociológicos – como a anomia em Durkheim, a desigualdade em Marx, as formas do poder em Weber e o racismo em Du Bois. Na Antropologia, por seu turno, o estudo de sociedades alternativas conformou o moderno conceito de cultura, e as tradições foram assim acopladas como formas de conhecimento sobre o desconhecido, transformando em novidade a diferença sempre existente.

Uma das consequências relevantes do atrator do progresso é, sem dúvida, a aceleração social do tempo por ele produzida em todos os sistemas sociais. Ele catalisa as operações, uma vez que, para produzir constantemente novidades, os sistemas contam com uma função memória mais ampla e seletivamente rigorosa – respaldada pela imprensa e, depois, pela digitalização – e, concomitantemente, precisam corresponder a exigências de um ambiente cada vez mais acelerado em suas transformações. Trocando em miúdos, o norte dado pelo progresso reverbera socialmente pela diferença entre a temporalização da complexidade de todo sistema em relação aos demais em seu ambiente. Isso acarreta uma retroalimentação temporal ascendentemente ligeira. Em meio a esse frenesi, a Sociologia ocupa-se de uma temporalidade especial: seu objeto, a sociedade/comunicação, transforma-se permanente e aceleradamente⁵. Assim, quando alguma verdade sobre a sociedade emerge pela comunicação sociológica, a sociedade já mudou. Trata-se, sobretudo, de um objeto de complexidade temporalmente acelerada; por isso, quando alguma verdade é delimitada pela observação, o que é observado já se atualizou em novas e desconhecidas formas. A Sociologia ancora-se, então, no que há de estável para si mesma: seus métodos, suas teorias e seus conceitos. Sem essa estabilidade temporal e semântica autocriada, não seria possível a Sociologia – ou qualquer outro sistema social. Nesse processo, que segue do século XIX até os dias de hoje, a Sociologia, no entanto, não deu mostras de ter conseguido reduzir suficientemente a complexidade do seu ambiente de modo a criar um consenso interno acerca do seu objeto, e não apenas porque ele muda o tempo todo, mas também porque produziu em suas (auto)descrições diferenciações internas, algumas das quais inconciliáveis: para os marxistas, a sociedade é feita da luta de classes; para os weberianos, é feita de ações sociais; para os durkheimianos, é composta de fatos sociais; para os luhmannianos, de comunicações, e assim sucessivamente. Não que todas as teorias sejam incompatíveis – Bourdieu uniu Marx e Weber de forma exitosa, por exemplo –, mas essa porosidade tem limites, e a questão mesmo é se tantas distinções teóricas são o problema ou a

⁵ Isso é deveras distinto dos objetos de outras disciplinas, como a Biologia, a Física e mesmo a Psicologia.

solução para a produção de verdades acerca da sociedade – e essa é a segunda encruzilhada.

Terceira encruzilhada: a seleção dos objetos

Para explorar as possibilidades da questão da autodiferenciação da Sociologia, lembremo-nos, mais uma vez, de que não há realidade pré-estruturada. A Sociologia, como sistema observador, precisa criar realidades/verdades a partir de si mesma, de suas expectativas e sua semântica, para construir, comunicação a comunicação, o objeto que descreve. Outros aspectos gerais da ciência, como elaborados pela TGSS, são válidos para a Sociologia: ela se operacionaliza por meio de programas – métodos e teorias – e as comunicações daí resultantes são autoavaliadas na revisão por pares, isto é, por pessoas que cumprem papéis em organizações, como departamentos e revistas acadêmicas. Em ressonância com as comunicações organizacionais, a Sociologia seleciona em seu ambiente, a sociedade, determinadas complexidades para reduzir, isto é, escolhe problemas de pesquisa que considera dignos de atenção e recolhe dados sobre eles para análise com base em suas programações.

Sem dúvida, a variabilidade ambiental da Sociologia é imensa, englobando toda a sociedade – toda a comunicação. Para corresponder a essa magnitude, a Sociologia cria, em seus processos comunicativos, uma variabilidade interna mais ou menos proporcional, pela criação de novas teorias e conceitos, isto é, pela construção de novos princípios explicativos conforme sua observação se alarga para dentro e para fora – o que, em TGSS, se chama “auto e heterorreferência”. Mas ela sempre opera na linha tênue do paradoxo sistema/ambiente: se, por um lado, precisa dar conta do acelerado aumento da complexidade ambiental na sociedade, precisa também manter alguma estabilidade interna de modo a não perder o sentido. Por isso, elege cânones e teorias capazes de concatenar suas comunicações com coerência, a ponto de serem apreciadas pela comunidade interna – pela aprovação de teses e aceites em revistas, por exemplo. Em outras palavras, as inovações precisam acontecer, mas não podem ser tão radicais a ponto de tornarem-se incompreensíveis ou descartadas como absurdo, embora possam ser sempre negadas como não verdades com base em novas comunicações. Variabilidade e estabilização conformam, portanto, a dialética das comunicações sociológicas. Talvez isso explique, em parte, a enorme quantidade de abordagens em voga simultaneamente, mas ainda deixa em branco a questão sobre como, a partir de tanta diferença, a Sociologia ainda persiste em sua autopoiese.

Outro ponto a se agregar, então, é o da construção dos problemas sociológicos, isto é, da construção da relevância interna na Sociologia dos temas sobre os quais se dedica. Seus cânones e teorias-guia dão um suporte semântico e teoricamente normativo neste caso: a desigualdade torna-se o tópico por excelência dos marxistas;

a ordem social, dos durkheimianos; a diferenciação, dos luhmannianos, por exemplo. Mas, transformando-se junto do seu ambiente autocriado, a Sociologia precisa considerar também as mudanças da complexidade em seu ambiente: as desigualdades que Marx estudou no século XIX certamente não são as mesmas que os marxistas estudam atualmente, por exemplo. Ademais, novos objetos cresceram em relevância, alguns para os quais a Sociologia tem penado para construir princípios explicativos à altura. Dentre eles, destacam-se tópicos internos, que provocam a Sociologia da Sociologia à reflexão sobre si mesma – como o que se coloca aqui. Outros dizem respeito a autodescrições internas e externas simultaneamente, como os protocolos de inclusão de sociólogos/as na disciplina, algo que explicitaremos a seguir. Outros ainda dizem respeito ao aumento da complexidade da autodescrição da Sociologia na sociedade global, como as diferenças entre Norte e Sul e Centro e Periferia abordadas pelas teorias decoloniais, dentre outras. Fora toda a série de novas formas comunicativas emergentes com a revolução informática e sua ressonância nos sistemas sociais e nos modos de autossocialização dos indivíduos. A Sociologia nunca teve tanto trabalho, em síntese. A seguir, vou abordar alguns desses tópicos, a saber: 1) a perenidade da transformação de problemas sociais em problemas sociológicos sob o norte progressista moderno; 2) as consequências das diferenças entre as chamadas sociologias do Norte e do Sul, ou, centrais e periféricas; 3) os protocolos de inclusão de sociólogos/as na Sociologia e a diferença entre pessoas, organizações e teorias emergentes – o problema do “lugar de fala”, em síntese; e 4) como tudo isso ressoa nas diferenças basais autoatribuídas da Sociologia, em particular aquela entre neutralidade e crítica e entre objetividade e subjetividade.

Quarta encruzilhada: a Sociologia e seu entorno

Desde sua diferenciação, completa no início do século XX, a Sociologia tem transformado problemas sociais em problemas sociológicos por meio de teorias e conceitos. A começar por Durkheim, considerado fundador da disciplina, que se dedicou a fazer exatamente isso: especificar o que chamou de anomias e possíveis pontos de ruptura na sociedade (o suicídio e a aceleração da divisão do trabalho social, por exemplo) para, paradoxalmente, explicar como é possível a ordem social sem qualquer colapso abrangente. Marx, que, na verdade, era um economista político, foi agregado como cânone – na Sociologia, mas também na História, na Filosofia e na Economia – e sua construção teórica é possivelmente a mais sintomática desse procedimento de transformar problemas sociais em científicos; e ele o fez de forma tão detalhada e profunda que não podemos negar sua relevância até hoje. Weber, apesar de pretender a neutralidade axiológica por meio da construção de uma sociologia compreensiva, muito frequentemente é usado para descrever problemas sociais

relativos, por exemplo, às estruturas do poder e suas consequências. Du Bois, um clássico menos considerado do que deveria por motivos que tratarei a seguir, foi um dos primeiros a transformar o problema do racismo em um problema sociológico, evidenciando o “problema negro” como, primeiramente, um problema de toda sociedade e, por meio disso, como um problema sociológico fundamental na modernidade.

Dizer que a Sociologia não pretende transformar e, mais contundentemente, melhorar a sociedade que descreve seria colocar e manter antolhos sobre nossa própria história. Uma espiada superficial sobre os clássicos e uma consideração ampla sobre a própria disciplina bastam para constatar que, sob o atrator do progresso, a Sociologia sempre foi, de uma forma ou outra, uma ciência aplicada à sociedade. Ela é, no entanto, mais profícua em disponibilizar diagnósticos do que prognósticos, isto é, devido à acelerada temporalidade do seu meio e à contingência do seu objeto, ela melhor o descreve do que o prevê – algo muito diferente das ciências exatas e biológicas, que lidam com objetos mais estáveis. Mas sua descrição, sem dúvida, é fundamental para a autocompreensão da sociedade moderna e para a disponibilização de complexidades e expectativas que podem ser transformadas, em outros sistemas, em comunicações que solucionam problemas – como as políticas públicas e os programas partidários, por exemplo.

Neste sentido, é importante evidenciar que a Sociologia, desde sempre, tem compartilhado ampla complexidade com outros sistemas sociais, quer dizer, ela seleciona e observa aspectos da política, da economia, dos meios de comunicação de massa e da própria ciência, por exemplo; ademais, suas observações sobre esses sistemas ficam disponíveis tanto para uma observação interna quanto para os sistemas de seu ambiente, por meio de publicações, palestras, entrevistas, etc. Diferentes teorias dão sentido a diferentes observações sobre diferentes sistemas do entorno social. Por exemplo: a sociologia luhmanniana nos permite observar, a princípio, qualquer sistema social, embora a produção sobre o direito seja, provavelmente, mais fértil neste caso; o marxismo, da mesma forma, permite analisar regimes políticos e econômicos, mas também descrever objetos artísticos por meio, por exemplo, da crítica literária. O caso é que, para onde quer que a Sociologia olhe, sob qualquer lente que coloque, ela reduz complexidade por meio de auto e heterorreferência. Isto é, por meio de suas teorias-guia, ela seleciona e observa aspectos do seu ambiente de modo a transformá-los em problemas sociológicos. Se esses eram problemas para os sistemas observados, o caso é outro. Há pesquisas feitas sob encomenda, como “O Negro da Filadélfia” de Du Bois, mas, em todo caso, os sistemas observados não têm capacidade alguma para determinar a observação sociológica, isto é, escolher como sua própria complexidade é acoplada pela Sociologia, que é autônoma em sua própria operatividade, conduz a si mesma e concatena observações por meio da atualização de suas próprias estruturas. A prova da eficiência sociológica, no entanto, é que é o

problema. Diferentes orientações teóricas dão sempre diferentes diagnósticos para o mesmo ou similar problema social. Então, note, um mesmo problema, digamos que econômico, por exemplo, pode ser transformado em diferentes problemas sociológicos por meio de diferentes teorias, e a questão é: qual delas produz a verdade sobre o objeto? De alguma forma, todas e nenhuma. E aqui temos outra encruzilhada, porque a verdade é um meio simbolicamente generalizado; ela só existe, como tudo, para um observador. Isso não quer dizer que ela não importe; pelo contrário, por meio de procedimentos de validação, sobretudo pela revisão por pares, a verdade sociológica pode aproximar-se de uma descrição factível do seu objeto que seja eficiente, isto é, que seja capaz de descrevê-lo sob programas metodológicos que iluminam aspectos invisíveis ao próprio objeto e, simultaneamente, fazem avançar a teoria que conduz à descrição. Como não existe uma realidade última, tanto para a Sociologia quanto para os sistemas sociais que ela observa, não existe também uma verdade última – do contrário, a ciência já teria perdido seu sentido. A verdade é um norte; ela vai sendo atualizada conforme a ciência concatena suas comunicações. Isso é válido para a Sociologia, assim como para quaisquer outras disciplinas, e, neste sentido, toda ciência é uma ficção eficiente (Vieira, 2009). Em nosso caso, todavia, a complexidade é sobremaneira volúvel e instável, o que talvez seja uma das causas da multiplicação de abordagens possíveis.

De qualquer forma, a (boa) Sociologia precisa cumprir os requisitos básicos das comunicações científicas, isto é, ela precisa validar suas hipóteses demonstrando as referências de suas observações para outros observadores. Trata-se, sobretudo, de, comunicativamente, tornar visíveis e objetivas suas observações sobre os objetos, e isso é apenas parte do processo. Uma Sociologia dos riscos ambientais, por exemplo, envolve muito mais comunicações do que as que lemos no seu resultado – num livro, tese ou artigo. Ela começa com uma base teórica que precisa ser fundamentalmente esgotada, criticada e atualizada em relação ao que pretende observar. Dessa diferença entre teoria e objeto, desenvolve-se o levantamento de hipóteses e, depois, da metodologia adequada para a construção do caso; posteriormente, aplica-se a metodologia, por meio do levantamento e análise de dados, dentre outras formas observacionais, e, só ao final do processo, a análise é transformada em comunicação sociológica, que daí será observada e validada, ou não, por outros especialistas da mesma área e disponibilizada publicamente.

Tudo isso envolve, notadamente, pessoas cumprindo papéis em organizações. O dilema entre subjetividade e objetividade na lida sociológica daí emergente, por outro lado, é nada mais que a confusão entre humanidade e sociedade. Quer dizer, se considerássemos que a Sociologia é feita por sociólogos/as, precisaríamos, sem dúvida, considerar suas angústias, suas origens, seus percalços. Mas, para a Sociologia, como sistema funcionalmente diferenciado, sociólogos/as só importam na medida em que participam da sua comunicação. O que eles fazem quando chegam em

casa, que tipo de família têm e do que gostam de comer no jantar não faz a menor diferença sociológica. E só por isso é possível a Sociologia. Se ela precisasse considerar, ponto a ponto, os humanos com os quais interpenetra-se, não haveria variabilidade interna possível que a fizesse permanecer em sua autorreprodução. Ela precisa de alguma indiferença em relação às pessoas que dela participam⁶.

Dessa forma, a Sociologia requer sociólogos/as e seleciona, na sociedade, algumas pessoas para cumprir com tais papéis. Esses processos de seleção – vestibulares, processos seletivos, entrevistas e, sem dúvida, *networks* – pretendem-se isentos da orientação de outros sistemas do meio, quer dizer, a predileção política ou a classe social não deveria, por princípio, influir na inclusão de pessoas pela Sociologia. No entanto, vimos há pouco que inclusão/exclusão são diferenças transversais a todos os sistemas sociais, sendo a exclusão altamente integradora. Assim, para tornar-se sociólogo/a, uma pessoa precisa ser, primeiro, incluída por uma série de outros sistemas. Ao mesmo tempo, quem é incluído participa, com mais ou menos influência, das comunicações sociológicas, isto é, irritando seleções capazes de conformar orientações teóricas e empíricas e, ao mesmo tempo, influenciando na seleção de novos integrantes. Deste modo, em alguma medida, os/as sociólogos/as integram a Sociologia por meio de programações, isto é, em grupos que se formam, institucionalmente ou não, em torno de metodologias e abordagens conformadas por predileções teóricas e empíricas, e, através delas, selecionam objetos de estudo que podem tornar-se mais ou menos proeminentes, além de poderem, ou não, angariar adeptos às suas linhas de pesquisa. Ademais, enquanto humanos, sociólogos/as compartilham complexidade não apenas com a Sociologia, mas com todo um amplo entorno social, e é por meio disso também que a Sociologia pode, então, ressoar a sociedade e a si mesma de forma mais ou menos generalizada.

Há, sobretudo, outro ambiente relevante para a Sociologia, além dos seus objetos e dos seres humanos, qual seja, ela mesma e suas diferenciações internas. Como qualquer sistema, não podemos pensar a Sociologia como um bloco monolítico, mas devemos imaginá-la como uma emergência de observações sobre observações, ou ainda, enquanto esferas mais ou menos interpenetradas que se observam mutuamente e partem mais ou menos dos mesmos princípios para observar seu ambiente externo. A diferenciação interna não se dá apenas em linhas teóricas e suas distintas abordagens sobre o social, mas por diferentes formas de institucionalização da Sociologia em diferentes lugares também. E isso influi nas seleções que são feitas aqui ou acolá. Diferente de outras ciências, como a Matemática, por exemplo, a Sociologia tem lastros eminentemente europeus e oitocentistas. Neste sentido, se considerarmos

⁶ Ou, nas palavras de Roberto Dutra: “Mesmo enfatizando a individualidade pessoal, esses mecanismos de construção seletiva dos públicos dos sistemas funcionais precisam, tanto quanto possível, ignorar as especificidades individuais, pois somente assim a complexidade do entorno humano pode ser estruturada (reduzida) pelos sistemas sociais” (Dutra, 2014:557).

a prerrogativa sistêmica de que as condições iniciais de um processo conduzem seu desenvolvimento⁷, percebemos logo que todo percurso posterior da Sociologia se traçou com base em problemas e formas de significação do velho mundo. Nossos clássicos e sua perenidade são a representação máxima disso. Conforme se mundializou, a Sociologia passou a atualizar-se, no entanto, de acordo com expectativas e semânticas situacionais. Assim, teorias construídas para compreender e descrever a sociedade ocidental foram manuseadas, por meio de procedimentos sociológicos mais ou menos rigorosos, para compreender o novo mundo. Aqui, por exemplo, Caio Prado Jr. (2011) e Florestan Fernandes (2008) atualizaram a teoria marxiana para descrever o caso brasileiro; Sérgio Buarque de Holanda (2016) fez uso do tipo ideal weberiano para construir o homem cordial; Marcelo Neves (2009) serviu-se de Luhmann para descrever o direito nacional e sua forma própria de incluir e excluir cidadãos; Sergio Miceli (1995) envergou Bourdieu para caracterizar a Sociologia brasileira; e poderíamos continuar deslindando exemplos por muitas páginas ainda. Tais processos de importação de teorias para construção de objetos localizados não são, sobremaneira, uma especificidade nossa. De modo geral, esse amplo compartilhamento de complexidade, permitido, dentre outras coisas, pela imprensa e pelo deslocamento de intelectuais mundo afora, aumentou sua fortuna crítica, assim como deu as condições para a auto-organização das disciplinas humanas em diferentes lugares. Ao longo do século XX, a comunicação sociológica foi se constituindo, então, primeiro como uma atualização das teorias europeias e, com o tempo, por meio de inovações metodológicas condizentes com os campos de estudo regionalizados. No caso do Brasil, a USP é exemplar desse processo. Seus primeiros professores, majoritariamente franceses, tornaram a FFLCH⁸ um reduto estruturalista que, progressivamente, construiu daí seu próprio caminho, atualizando e mantendo expectativas e semânticas de sua origem. Mais contemporaneamente, no entanto, tornou-se notável uma maior diferenciação entre o berço da Sociologia e seus rebentos pelo mundo, por meio do que conhecemos como decolonialidade, isto é, pela introdução de conceitos como Norte e Sul e Centro e Periferia, oriundos, sobretudo, das ciências humanas do Sul e da Periferia. A encruzilhada atual tornou-se, então, qual desses âmbitos, sobretudo geográficos, produz a verdade ou produz uma melhor e mais factível verdade sociológica sobre a sociedade que é hoje também mundial.

⁷ Nas palavras de Luhmann: “[...] quando algo acontece ou é pressuposto, restringe-se, assim, o que a ele se combina. Inicia-se uma história do combinar que restringe os espaços de liberdade do que ainda é possível, sem poder cancelar a contingência de todas as determinações” (Luhmann, 1997:38).

⁸ Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP).

Quinta encruzilhada: o clivo Norte / Sul / Centro / Periferia e o pensamento social brasileiro

Para elaborar, por meio da TGSS, as diferenças internas da Sociologia, particularmente entre Norte e Sul, é preciso situar, primeiramente, como tais diferenças se formaram. Se considerarmos ideias, conceitos e epistemologias como informações, temos que não é possível observar o fenômeno enquanto uma simples transferência de ideias do Norte para o Sul. Toda informação é multiplicada e, logo, atualizada em toda comunicação (Luhmann, 2006:61). Há algum substrato do seu sentido, no entanto, que permanece nessa multiplicação. A questão da colonialidade semântica se inscreve, então, no fato de que as descrições do Norte sobre si mesmo foram, de alguma forma, generalizadas para e pelo mundo todo. Deste modo, a luta de classes marxiana pode ser aplicada à sociedade brasileira e à cubana, por exemplo, a despeito de como historicamente ela se conformou nesses diferentes lugares e independentemente das interpretações consequentes daí. Concomitantemente, esses princípios explicativos oriundos do Norte foram atualizados para a construção de realidades locais – e o caso brasileiro é um exemplar proeminente disso. Aqui, conforme a institucionalização da Sociologia, nos anos 1930, teorias alienígenas passaram a ser usadas para, sobretudo, tecer uma autodescrição do Brasil, ou da sociedade brasileira, que fosse capaz de explicitar nossa singularidade no mundo. As atuais teorias decoloniais têm feito críticas severas a esses procedimentos de internalização do outro, mas é importante lembrar que nossos próprios cânones já se incomodavam, no alvorecer do século XX, com o que Roberto Schwarz (2014) indelevelmente chamou de “ideias fora de lugar”. O colonialismo semântico não é, portanto, um problema novo, mas persistente no pensamento social brasileiro. Pode-se dizer que nossa Sociologia nasceu abraçada com ele. Porque, note, ela também continua linhas de pensamento sobre o Brasil que remontam ao período colonial, à escravidão e às interpretações literárias e ensaísticas dadas ao século XIX brasileiro, que acoplavam, já, signos externos, como os princípios liberais das Revoluções Francesa e Estadunidense, tencionando-os com nossa sociedade em nada liberal (Schwarz, 2014). A dessintonia entre observação, descrição e complexidade do meio é, em nosso caso, um fato histórico sempre problematizado nas humanidades; ela conduziu à autoconstrução do pensamento social brasileiro.

Na raiz da tensão entre princípios explicativos externos para fenômenos sociais internos, estava, e permanece, o atrator do progresso – fortemente considerado não apenas nas humanidades, mas em praticamente todos os sistemas sociais aqui, inscrito, inclusive, na nossa bandeira⁹. Logo, num sentido mais estrito ainda, as

⁹ A este respeito, Paulo Arantes faz uma discussão interessantíssima em “A fratura brasileira do mundo” (2023).

Ciências Sociais brasileiras são orientadas pela transformação de problemas sociais em sociológicos com vista na modernização do Brasil, isto é, perguntando-se por quais vias isso poderia se dar e, depois, se acelerar (como em Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Celso Furtado e Francisco de Oliveira, para dar alguns exemplos). Trata-se, sobretudo, de uma observação crítica, ou seja, uma que se propõe a transformar o que observa. Já vimos que isso não é exclusividade nossa, mas aqui e, de modo geral, na Sul América, tomou formas particulares consequentes da história das sociedades emergentes da colonização (Ribeiro, 2013). A Sociologia brasileira e latino-americana erige-se, portanto, em relação a um ambiente – político e econômico, sobretudo – bastante particular. Sua preocupação com o melhoramento progressivo, em apontar problemas e soluções, corresponde ao seu ambiente mais imediato – um que, como sabemos, conformava até pouco um regime econômico baseado no sequestro e trabalho forçado de milhões e na distribuição coronelista de poder, estendendo-se por um território gigantesco. Na recém-nascida República, o atrator do progresso falava alto não apenas para a camada letrada das primeiras metrópoles, mas para toda emergente ordem social que se diferenciava funcionalmente; uma ordem, diga-se de passagem, bastante ancorada estrutural e semanticamente na sua história recente, elementarmente estratificada, como não podia deixar de ser.

O fato de o Brasil não ter tido uma revolução que remexesse essa ordem é sobremaneira relevante para pensarmos aqui a passagem da condução estratificada para a funcional nas comunicações. Quer dizer, nenhuma instituição foi completamente desorganizada para que outras surgissem dos seus escombros; elas apenas continuaram sob a incorporação de novas semânticas e expectativas de forma altamente seletiva. Possivelmente por isso, os parâmetros de inclusão/exclusão tenham permanecido um problema social e sociológico até hoje. Em outras palavras, a ordem colonial não foi rápida e plenamente desorganizada para produzir uma bifurcação contundente no Brasil – como ocorreu na França, por exemplo –, ela pôde, sob condições muito específicas, se reorganizar dentro dos seus próprios princípios, considerando das novas ideias liberais e progressistas apenas o que estritamente lhe interessava, produzindo a diferenciação funcional – a modernização – sob condições históricas bastante particulares¹⁰. Em meio a isso, a Sociologia já se diferenciava como uma Cassandra, percebendo a incongruência entre a sedimentação de expectativas, normatividades e semânticas coloniais como um entrave para a modernização e, desde então, passa não apenas a alertar a sociedade sobre o problema, mas a efetivamente tentar resolvê-lo – por meio das teorias desenvolvimentistas, por exemplo. Não é de se exasperar, portanto, que o papel dos/as pensadores/as sociais aqui não raras vezes

¹⁰ Nas palavras de Roberto Dutra: “Luhmann [...] parte da premissa de que a atualização das possibilidades operativas resultantes da diferenciação funcional é condicionada pelas histórias locais, já que os sistemas funcionais não são orientados por fins, mas sim pelas condições históricas de cada contexto local, caracterizado pelas possibilidades específicas de operação que se oferecem aos sistemas funcionais” (Dutra, 2023:159-160).

dividiu a mesma pessoa com a política, com o jornalismo e mesmo com a literatura crítica – como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Darcy Ribeiro, Celso Furtado e Alberto Guerreiro Ramos, por exemplo – embora com diferenças internas relevantes conforme a região, como bem demonstra Miceli (1995). Trocando em miúdos, as Ciências Sociais no Brasil sempre tiveram um condão militante; seus primeiros intelectuais estavam conectados ou aos movimentos sociais (de direita e esquerda), ou à política institucionalizada ou à igreja, com poucas exceções. O que todos eles tinham em comum, todavia, era a empreitada de pintar o retrato do Brasil para si mesmo e torná-lo cada vez mais bonito, isto é, mais moderno.

Nas décadas de 1930 e 1940, quando começa o processo de institucionalização das Ciências Sociais, a classe intelectual valia-se, tanto no Rio quanto em São Paulo, dos jornais para comunicar e discutir perspectivas sobre assuntos ordinários e se estabelecer legitimamente no debate público. Essa é uma prática perene até os dias de hoje, embora em menor profusão. Apesar de o academicismo mais científico surgir em São Paulo entre 1940 e 1950, tanto pelo empenho dos intelectuais afastados do patronato político e religioso quanto pela emergência das revistas “Sociologia” (na Escola Livre de Sociologia e Política em 1939) e “Revista de Antropologia” (no Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em 1953), que passam a organizar as comunicações de forma seletivamente orientada pelas Ciências Sociais e por protocolos mais funcionais, por assim dizer, sempre houve e continua havendo uma porosidade comunicativa entre academia, política e opinião pública manifestada nas múltiplas facetas de alguns dos seus intelectuais, que compartilham, numa só pessoa, vocações políticas e científicas, comunicando-se com a comunidade interna das Ciências Sociais, mas também externa, por meio de jornais e, atualmente, das redes sociais em profusão. Um tanto quanto distinto do que sugere Bourdieu para a França da década de 1980 (2013), no caso brasileiro, a multiplicidade vocacional dos intelectuais humanistas não parece ser uma causa eminente de perda de prestígio; pelo contrário, desde a formação da disciplina, espera-se, pelo menos, que os intelectuais da área tenham e demonstrem publicamente seu posicionamento político. Ou seja, aqui a falaz neutralidade política e a estatura de gabinete nunca foram sobremaneira enaltecidas, possivelmente porque o projeto das Ciências Sociais sempre foi também um projeto de condução política do país, ou, para usar um termo bourdieusiano, da formação de uma elite política ou, pelo menos, dedicada às políticas públicas. E, em termos de programação, a relevância social das pesquisas sobrepôs-se, com algumas exceções, à relevância teórica e epistemológica, embora dentro da rigorosidade de cada departamento.

Conquanto as distinções entre Norte e Sul e Centro e Periferia tenham orientado as autoavaliações das Ciências Sociais, vale um aporte sistematicamente orientado. Como já vimos, essa é uma distinção feita, pelo menos explicitamente, desde o Sul e desde a Periferia, o que pode ser um sintoma da sua própria

diferenciação em relação ao Norte e ao Centro. No caso da primeira distinção, qual seja, Norte e Sul, ela tem um sentido mais geográfico e político, com o Norte referindo-se à Europa e à América anglo-saxã, com poucas outras exceções regionais, enquanto o Sul é todo o resto do mundo. Já no caso da distinção entre Centro e Periferia as diferenças são sobretudo econômicas e políticas, tendo o centro mais dinheiro e poder para fazer valer suas observações na sociedade, com variações regionais complexas – dentro de uma mesma cidade ou estado, por exemplo, ou entre diferentes *campi* de uma mesma universidade. A relevância dessas distinções decorre da sua criação por observações sociológicas que seguem uma longa tradição de atribuição valorativa para nós (periféricos) e para eles (centrais), independentemente de muitas vezes terem pouca correspondência empírica (Dutra, 2023). Isto é, tais distinções são relevantes apenas na medida em que algumas teorias se autodescrevem por meio delas – como do Sul, como periféricas e, finalmente, como decoloniais.

A introdução de uma historização desse processo comunicativo, que se observa, sobretudo, como inferior ou, pelo menos, como vilipendiado, é relevante para a compreensão das suas consequências contemporâneas. Quer dizer, a colonização semântica foi, sem dúvida, possibilitada pela violência, física inclusive, mas foi também um processo pelo qual o pensamento social autodenominado periférico acoplou teorias e conceitos do próprio algoz para autodescrever-se. Embora contingente, é difícil, no entanto, imaginar como as coisas poderiam se dar de outra forma, dadas as condições coloniais. Todavia, o que escapa a esta forma de observação, seu ponto cego, é que, nesse extenso processo, entre os séculos XVI e XXI, a modernidade com norte progressista e a diferenciação funcional foi se construindo em toda a parte hegemônica e, paradoxalmente, por meios e formas muito diversos (Dutra, 2023). Isto é, mesmo no Norte e no Centro, semânticas foram suprimidas, esquecidas e rechaçadas, sendo substituídas paulatinamente com base nos atratores modernos, eminentemente o do progresso, e por meio da reorganização da sociedade, que passou de estratificada a funcional. Neste sentido, o Norte colonizou a si mesmo também – embora, ao contrário do Sul, descreva isso como uma vitória que tomou a forma de Estados-nação. O que tem se chamado de epistemicídio ocorreu e permanece ocorrendo em todo o globo, portanto. A modernidade, por meio de sua forma particular de diferenciação entre sistemas funcionais, cada qual calcado em si mesmo, evaporou qualquer ontologia possível para formar, paradoxalmente, uma sociedade mundial acêntrica. E as Ciências Sociais são parte desse processo de mundialização e autorrestrição sistêmica.

Disso, é possível deslindar diferenciações observacionais interessantes: do Norte sobre si mesmo, do Norte sobre o Sul, do Sul sobre si mesmo, do Sul sobre o Norte, e algo na mesma lógica entre Centro e Periferia. Embora participantes de um mesmo sistema, as Ciências Sociais, semanticamente, há distinções relevantes nessas descrições. O Norte, embora tenha observado o Sul como diferente, por meio da

Antropologia, por exemplo, também o observou como uma extensão de si, uma vez que observava, e continua observando, a si mesmo como modelo ontológico, como Humanidade. Desde o Sul, o Norte serviu tanto como um modelo a ser alcançado quanto como o sicário de suas semânticas – algo contraditório, mas que não impediu o desenvolvimento de concatenações descritivas coerentes. Assim, as descrições do Sul sobre si mesmo tendem, por um lado, à autodepreciação (Neves, 2020) e, por outro, a exaustivas tentativas de libertar-se das bases semânticas nortistas, por assim dizer, por meio da crítica, auto e heterorreferencial, e do resgate de semânticas locais. O caso é, então, sobre quem descreve o quê sobre determinados parâmetros autodeterminados. Num primeiro momento, em seu nascedouro, as Ciências Sociais europeias descreveram a sociedade como sua imagem e semelhança, generalizando a si mesmas para todo o mundo; quer dizer, mesmo onde os conceitos não cabiam bem – como a luta de classes ou a divisão orgânica do trabalho, por exemplo –, supunha-se que um dia caberiam, dado que, esperava-se, eventualmente todo o mundo seria moderno sob aqueles moldes. Num primeiro momento, também o Sul se esforçou, por sua vez, para fazer jus a essas expectativas, atualizando-as em si. As realidades criadas aí, nesses diferentes pontos de vista, construíram uma assimetria que só se realiza, no entanto, em si mesmas, conformando distinções simultaneamente autoconstruídas.

Internamente, a construção dessas cosmovisões, se assim podemos chamá-las, tem por contingência as formas de auto-organização das Ciências Sociais e sua institucionalização. Os departamentos acadêmicos, as universidades e grupos de pesquisa e/ou de afinidades teóricas e empíricas materializam tais comunicações. Assim, a emergência de diferentes abordagens, no Norte e no Sul, decorre também dos programas e das formas pelas quais os/as cientistas sociais são incluídos/as nas instituições. Trocando em miúdos, os protocolos seletivos de inclusão/exclusão de pessoas nas Ciências Sociais são também (auto)determinantes para a emergência das descrições das Ciências Sociais sobre a sociedade e, particularmente, sobre si mesma. Ao que vamos agora.

Sexta encruzilhada – quem descreve quem: inclusão/exclusão e o lugar de fala nas Ciências Sociais

Retomando a diferença guia inclusão/exclusão, temos que a inclusão é a forma pela qual programas de organizações e sistemas sociais reconhecem seres humanos como pessoas aptas a cumprir papéis em suas comunicações. A exclusão, por sua vez, é o outro lado da forma dessa seleção, e é altamente integradora: com exceção da religião, a exclusão num sistema basal, como a economia e a educação, acarreta a exclusão em outros, ou pelo menos dificulta em muito (Luhmann, 2013:20). Para tornar-se um/a sociólogo/a, é preciso, portanto, ter passado pela inclusão em vários

outros sistemas antes, e esse processo seletivo, contingente às carreiras individuais, afunila as possibilidades de exercer a profissão acadêmica. Como vimos, a história das Ciências Sociais no Brasil é a história da formação não apenas de uma elite acadêmica, mas também política. Como bem descrito por Miceli, o recrutamento nesse processo se deu primeiramente nas camadas políticas, liberais, latifundiárias e migrantes do início do século XX (Miceli, 1995). Com variações relevantes entre regiões, a concentração de formação de professores, de pesquisadores e profissionais das políticas públicas distribuiu-se em diferentes universidades, departamentos e abordagens sobre o social. No entanto, os métodos de recrutamento produziram o efeito, em toda a parte, de incluir os já incluídos. Isto é, oriundos, senão de famílias com condições para uma boa escolaridade, pelo menos galadores do ensino público muito bem aplicados, sob condições de dedicação exclusiva aos estudos e assim por diante. Sintomática às perenes atualizações coloniais, a inclusão/exclusão econômica e, por consequência, educacional, no Brasil, estiveram e permanecem razoavelmente orientadas também pela racialidade – algo que vem mudando muito recentemente e produzido contundente ressonância na produção intelectual social na contemporaneidade, dentre elas a renovação de abordagens por meio dos conceitos já comentados de decolonialidade, interseccionalidade e identidades, ou lugares de fala.

Entretanto, para ser preciso, a inclusão/exclusão com base racial e econômica também não é uma exclusividade nossa, brasileira, do Sul. A ultrajada trajetória de Du Bois é exemplar nesse caso. Apesar da sua perene dedicação, confiança na educação e rigorosidade acadêmica, foi sempre apartado da sua própria sociedade pelo que chamou de Véu¹¹, relegado a um tipo de segunda classe de humanidade bastante específica, algo que o apartava, e aos de sua raça, das expectativas de uma vida digna¹². Tanto que desistiu do sonho americano, da inclusão de si e seus semelhantes pretos, e aderiu à causa comunista, exilando-se. Na verdade, a história de Du Bois é mais uma daquelas pelas quais podemos observar que ninguém pode incluir-se por esforço próprio na sociedade; particularmente no caso da seletividade racista, não importa que uma pessoa negra sinta-se e demonstre-se capaz se ela não tiver chances

¹¹ Du Bois usa a metáfora do véu para descrever a cisão observacional entre negros e brancos. Essa percepção lhe veio ainda na infância: na “escola, algum motivo levou os meninos e as meninas a comprar belíssimos cartões de visita [...] e os trocar entre si. A troca estava divertida, até que uma garota [...] recusou meu cartão – e de forma categórica, com um olhar. Foi quando me veio a percepção quase imediata de que eu era diferente dos demais; ou semelhante, talvez, em termos de coração e de força vital e de aspirações, mas apartado do mundo deles por um enorme véu. Não senti nenhum desejo de rasgar esse véu, de atravessá-lo; passei a desprezar todos os que estavam do outro lado e a viver acima desse véu em uma região de céu azul e grandes sombras errantes” (Du Bois, 2021:19).

¹² Du Bois descreve, numa passagem exemplar, sua situação como profissional, apesar da formação na Universidade Fisk e, depois, em Harvard: “Então chegou o dia em que todos os professores saíram do Instituto para caçar escolas. [...] por fim encontrei uma pequena escola. [...] Me lembro do dia em que fui a cavalo até a casa do comissário com um simpático jovem branco que queria a escola dos brancos. [...] ‘Entrem, entrem’, disse o comissário. ‘Sentem-se. Sim, esse certificado serve. Fiquem para o jantar. Quanto vocês querem receber por um mês?’ ‘Ah’, pensei eu, ‘que sorte eu tive’. Mas já nesse momento surgiu a horrenda sombra do Véu: eles comeram primeiro, e depois eu – sozinho” (Du Bois, 2021:95-97).

de ser incluída socialmente por motivos raciais, isto é, a raça não é performance, é dado/informação para programas racistamente orientados – e eles o são, no Norte e no Sul. Ortodoxamente, a sociologia luhmanniana atribuiria isso a um resquício das sociedades estratificadas ou a alguma forma de corrupção dos códigos – no caso do favoritismo pela raça, pelo gênero ou pelo parentesco –, no entanto, a exclusão pela raça é um fato eminentemente moderno, visto que, em sociedades estratificadas e segmentárias, a inclusão/exclusão dava-se com base em hierarquias – entre senhor e servo – e entre o familiar e desconhecido, respectivamente¹³. A observação/indicação pela raça (fenotípica) e pela etnia (hábitos culturais, religiosos, linguísticos, etc.) só emerge na colonização e é semanticamente carregada de atribuições normativas nas consequentes descrições de si e dos outros¹⁴. Outrossim, a codificação pela inclusão/exclusão, como a explicitamos aqui, é um fenômeno moderno também porque pressupõe indivíduos singulares para o endereçamento das comunicações, o que nos leva ao paradoxo de que, se por um lado, a inclusão/exclusão considera a identidade racial em suas consecuições, por outro, ela é operacionalizada individualmente a partir do fim dos regimes escravocratas, sob justificativas semânticas produzidas nos emergentes sistemas funcionalmente diferenciados – como na ciência, por exemplo, por meio das teorias evolucionistas. Isso gera ressonâncias ímpares entre a autossocialização e a inclusão/exclusão das pessoas por sistemas sociais, visto que ela é executada individualmente, mas, ao mesmo tempo, conduz suas seleções, favorecendo alguns grupos em detrimento de outros. Desse modo, pode-se atribuir a exclusão à capacidade – ou não – do indivíduo em fazer jus à sua inclusão, quando, como diria Du Bois, há, na verdade, um Véu, que se não impede, dificulta em muito a inclusão de grupos inteiros.

Dito isto, vale, então, uma (re)consideração teórica da TGSS. Para tanto, retomamos a ideia de von Foerster, segundo a qual não há realidade pré-estruturada e, neste sentido, todo observador constrói a sua de acordo com o ambiente que observa. Disso, sugiro que Luhmann, apesar de ter criado um novo paradigma por meio de uma teoria geral, algo raro no entardecer do século XX, o fez observando uma sociedade bastante específica: a Europa no reluzente período de bem-estar social. Tardamente, ele mesmo conjecturou que sua descrição talvez tratasse de uma anomalia, de uma exceção (Luhmann, 2016a). Eu não a colocaria nesses termos. Mas enquadraria a sociologia de Luhmann como uma que observou um espaço-tempo singelo e o generalizou, talvez um tanto quanto inconsequentemente – com a ressalva de que nenhuma observação pode observar a si mesma enquanto observa outra

¹³ Há respaldo em Luhmann para essa afirmação (2006), mas gostaria de explicitá-la nas palavras de Douglas Barros: “A novidade da escravidão moderna é que, ao contrário da servidão medieval ou da escravidão antiga, ela se liga à noção de racialização” (Barros, 2024:67).

¹⁴ Nas palavras de Douglas Barros: “Na aurora da modernidade, a exploração de novos continentes faz emergir a noção racial como construção identificatória para gerir os territórios invadidos. [...] Sob a sombra dessa identificação, que precisava reduzir, através do conceito, a multiplicidade à unidade, a noção racial tornou-se o solo da modernidade” (Barros, 2024:52).

observação, sendo seus pontos cegos possivelmente evidenciados apenas posteriormente, algo que nosso autor guia mostrou-se capaz de fazer em diálogo com Marcelo Neves (Luhmann, 1992). Ademais, o repertório teórico emergente daí tem se mostrado profícuo para análise de diferentes contextos comunicativos. No caso da inclusão/exclusão, por exemplo, poderíamos pensar que o cumprimento da promessa de inclusão por meio de protocolos funcionais coube no modelo luhmanniano porque era exatamente isso que ele observava. Mas podemos usar esses mesmos conceitos e princípios explicativos para descrever por que a ampla inclusão foi tão situacional lá e por que foi sempre difícil aqui, e quais as consequências disso nas Ciências Sociais.

O problema que se nos coloca é o de que a tese da primazia da diferenciação funcional, de uma sociedade formada por sistemas encerrados em si mesmos, que conduzem sua seletividade para acoplamentos partindo de princípios próprios, senão racionais, pelo menos condizentes com sua função, não deixa de ser válida. No entanto, embora sob o atrator do progresso a promessa moderna seja, ao fundo, a da possibilidade da inclusão, senão total, ao menos justa e igualitária de pessoas na comunicação de tais sistemas, ela parece não se cumprir em qualquer parte, com poucas exceções espaciais e temporais. Todavia, a diferença guia entre inclusão/exclusão parece de fato ser transversal a todos os sistemas na sociedade mundial (Luhmann, 2013). Ao mesmo tempo, a depender da semântica localmente instaurada, isto é, pressuposta para as comunicações, a inclusão/exclusão parece corresponder não apenas aos protocolos sistêmicos – como termos de passar pela escola antes da universidade –, mas também a formas de significação que reduzem complexidades individuais, generalizando-as sob a forma da exclusão, como é o caso do racismo, da homofobia e da misoginia, dentre outras formas de discriminação. Mais uma vez a história de Du Bois nos serve de exemplo: estudante e depois professor e pesquisador dedicado e competente, ele nunca conseguiu passar do posto de instrutor assistente e foi proibido de lecionar para estudantes brancos. Pode-se argumentar que tudo isso ocorreu no final do século XIX, há muito, e que os tempos são outros. Mas Du Bois, apesar da sua profícua contribuição, ainda não encontrou seu merecido lugar de cânone entre nós. Tianna S. Paschel, autora do prefácio do “Negro da Filadélfia”, relata que, na década de 2000, quando estudante na Universidade da Califórnia, fez “um apelo passionai ao (seu) professor de Teoria Social para que Du Bois fosse incluído no cânone de teoria sociológica após um semestre em que foram lidos exclusivamente autores europeus do sexo masculino” (Paschel, 2023:12). No Brasil, seus dois principais livros só foram traduzidos em 2021 e 2023, juntando-se a eles a recente publicação de “Reconstrução Negra” (2026). Desconhecer e relegar um autor de tamanha envergadura ao esquecimento é também uma forma de exclusão. As Ciências Sociais são, portanto, atravessadas também em sua seletividade por procedimentos de inclusão/exclusão baseados na raça e em outras discriminações. Claro, desde há muito há disciplinas eletivas para tratar das

questões de raça. Mas tais questões dificilmente entram nos grandes debates teóricos e nas disciplinas obrigatórias (Costa, 2006), do que infere-se que há certa normatividade excludente em tais seleções feitas em colegiado, decorrente, note-se, não exatamente da vontade dos/as professores/as, mas da semântica interna da disciplina que conduz a si mesma por meio de suas próprias operações e expectativas que, via de regra, transformaram a questão do racismo num tópico específico de pesquisa sem conectá-lo às teorias gerais sobre a sociedade moderna – embora isso aparentemente esteja mudando por meio de novas abordagens (como em Barros, 2024; Ferdinand, 2022; Collins; Bilge, 2016; e.g.).

Há, portanto, dois lados da exclusão/inclusão nas Ciências Sociais no que diz respeito ao tema. Por um lado, há a seletividade sobre teorias e objetos e, junto disso, a seleção de autores para apresentar determinadas abordagens no ensino e na pesquisa; por outro, há a seletividade das organizações das Ciências Sociais sobre as pessoas que dela participam – alunos/as, professores/as, pesquisadores/as, burocratas, etc. Há indícios de que esses dois lados da seletividade estão relacionados. A começar pelo latente mal-estar decorrente da própria história das descrições sociológicas sobre o tema da exclusão pelo racismo. Quer dizer, é fartamente conhecido entre nós que, no período de emergência da disciplina, houve autores e teorias guias que justificaram o racismo, ou pelo menos amenizaram suas consequências nefastas, em suas observações – ao Norte e ao Sul –, como Auguste Comte e Gilberto Freyre, por exemplo. Outros mostraram-se, desde esses momentos iniciais, redondamente contrários a essas descrições de condão racista, como Manuel Bonfim. No entanto, tanto num caso como noutro, tratava-se, sobretudo, de autores brancos, que fazem parte ainda de um rol de subclássicos e são, vira e mexe, leituras obrigatórias nos cursos introdutórios das Ciências Sociais, embora sob uma orientação crítica. Historicamente, portanto, as descrições sobre inclusão/exclusão foram feitas por incluídos de um tipo específico, cujas comunicações circulavam mais entre si do que para um público externo – algo típico de qualquer área científica.

A encruzilhada agora é a de que se tem questionado a autoridade dessas descrições não pela sua consecução sistemicamente orientada, cheia de problemas, sem dúvida, mas pela legitimidade da experiência particular desses pensadores enquanto pessoas brancas, que sempre tiveram, por motivos raciais e outros, mais chances de inclusão e, portanto, mais chances de falar por meio das Ciências Sociais. Essa situação, permeada por um Véu, para usar o termo de Du Bois, tem gerado um constrangimento generalizado, porque pressupõe, por um lado, um dado histórico, qual seja, o de que, por todo o século XX, pessoas brancas descreveram os problemas de pessoas racializadas sem sua participação – impedida sistemicamente – e, por outro, com o aumento da inclusão, a partir de 2010, por meio da expansão universitária e políticas públicas específicas, cada vez mais pessoas racializadas têm criticado tanto as descrições historicamente feitas sobre as questões raciais quanto

têm reclamado, de forma explícita, sua legitimidade para descrever o problema com base na própria experiência, agregando-a às demonstrações empíricas, algo razoavelmente diverso da tradição (Ribeiro, 2017; Carneiro, 2023, e.g.).

Sem dúvida, cognitivamente, a experiência das pessoas racializadas, resultante de sua própria autossocialização, colabora na elaboração de suas comunicações, na análise que fazem do social e na formulação de diagnósticos que foram, por muito tempo, pontos cegos para pensadores/as brancos/as. Enquanto ambiente das comunicações das Ciências Sociais, esses/as pensadores/as têm produzido alta ressonância e reorganizado as observações da disciplina, sobre si e sobre a sociedade, de forma contundente e profícua. Por outro lado, a verdade científica não pode depender intrinsecamente de condições do entorno, como a identidade de gênero e raça dos/as cientistas; logo, os processos comunicativos sobre o tema nas Ciências Sociais precisam ancorar-se estrutural e semanticamente no repertório da própria disciplina e nos seus protocolos seletivos, dos quais decorrem suas verdades. Trocando em miúdos, o testemunho de autores/as não é suficiente para validar suas comunicações sobre qualquer tema. Outrossim, a delegação dos temas de estudo tem aprofundado as diferenciações internas sob categorias de identidade, então há uma tendência de grandes temas, que discutem princípios teóricos e fenômenos gerais, ficarem a cargo de pessoas brancas, homens em sua maioria, enquanto temas relacionados à racialização ficam ao encargo de pesquisadores/as negros/as e, ainda mais específicos, estudos interseccionais ficam nas mãos de mulheres e pessoas de gêneros e sexualidades dissidentes, racializadas ou não. É o que tem sido chamado de guetização (Ahmed, 2012; Puwar, 2004). Quer dizer, a diferenciação interna das Ciências Sociais parece estar sendo feita por observações bastante específicas do seu meio, que consideram as pessoas que dela participam em aspectos particulares, quais sejam, de raça e gênero, junto de outros aspectos ambientais, como os movimentos sociais e as políticas públicas, e isto em toda parte. E essa é a encruzilhada atual na qual nos encontramos.

Provavelmente, o caso é situacional, dado que a inclusão de pessoas racializadas no ensino superior é relativamente recente. No Brasil, por exemplo, com a Lei de Cotas (12.711/12) e a sua ampliação em 2016, foi possível o aumento de alunos/as cotistas em 167% até 2022 (INEP, 2024). Embora não haja dados circunscritos às Ciências Sociais, sabemos que, nas graduações de instituições públicas, de 2014 a 2019, a porcentagem de pretos e pardos passou de 26% para 43% (Idem). No entanto, no caso da pós-graduação, que delimita a inclusão no trabalho acadêmico, em 2021 apenas 8,1% eram pessoas pretas e 27,2% pardas, enquanto 62,9% eram pessoas brancas (CGEE, 2024). Quanto ao corpo docente das universidades, em 2009, 7,4% era formado por pessoas pretas, enquanto 58,2% eram pessoas brancas; em 2019, esses números foram de 14,2% e 44,3%, respectivamente, mostrando um aumento gradual de professores/as pretos/as no ensino superior (CEDRA, 2020). A

continuidade da inclusão é, como tudo em sociedade, contingente. Mas, se ela for perene, é possível que a equidade numérica se transforme, paulatinamente, em complexidade discursiva, diversificando pessoas e temas de pesquisa por meio de uma seletividade menos racista.

Ao mesmo tempo, o fenômeno tem produzido ressonâncias interessantes para reformulações teóricas, pelas quais as Ciências Sociais podem se enriquecer. A autodescrição pelas distinções Norte/Sul e Centro/Periferia é multiplicada internamente às Ciências Sociais, onde, como vimos, é possível indicar teorias, autores/as e objetos centrais e periféricos. Por mais que aparentemente isso tome a forma de uma polarização, possivelmente se trata apenas de um movimento comunicativo em direção à acentralização, algo redondamente moderno que vem perifерizando as semânticas do Norte e do Centro, como mais uma dentre outras. Isso não significa, sobretudo, que as Ciências Sociais estejam se tornando pós-modernas – em termos de uma fragmentação inconciliável e sem sentido interno –, mas que têm aprofundado sua modernização por meio do aumento da própria complexidade, pela produção de novidades e pela inclusão de perspectivas e endereços sociais distintos. Como qualquer sistema social, as Ciências Sociais são uma máquina histórica que se ancora numa memória criada a cada comunicação e atualiza expectativas sobre seu próprio futuro de forma contingente (Luhmann, 1995:174). A introdução da distinção de perspectivas não centrais, periféricas, racializadas, enquanto epistemologias díspares, aponta apenas para o fato de que toda construção da realidade sempre foi situada, tirando a nuvem da neutralidade objetiva com a qual o Centro e o Norte cobriam sua própria perspectiva. Djamila Ribeiro, filósofa, faz uma contribuição deveras relevante ao dizer que todos têm um lugar de fala; a diferença está entre quem o explicita e quem o encobre retoricamente (Ribeiro, 2017). Douglas Barros faz também uma contribuição sobre este ponto, ao indicar que foi o europeu o primeiro identitário, o que criou a alteridade semântica que conduz à modernidade (Barros, 2024). Logo, o que observamos na pluralização semântica não é mais do que o processo de modernização iniciado no século XVII, quando as primeiras diferenças foram vocalizadas ao Norte. Em outras palavras, o mundo, no sentido ontológico humanista, começou a diluir-se assim que se instituiu. Não deve surpreender, portanto, que as comunicações das Ciências Sociais tenham expandido seu repertório semântico, reconstruindo mundos perdidos na colonização. Isso deveria ser mais do que esperado do seu próprio aterro modernizador, de melhorar a si mesma e o que descreve. Quando identidades teóricas como “periféricas” e “racializadas” tomam para si o protagonismo nas comunicações, sobre si e sobre o mundo, atualizam distinções feitas no próprio processo de mundialização e acentralização do mundo, criando realidades alternativas às que conhecemos até o século XX – por mais questionáveis que essas autoatribuições possam ser. Isso tem o potencial de, como qualquer atualização estrutural, criar novos futuros no horizonte – e, seguindo o atrator

moderno por excelência, futuros melhores que o presente. Claro, a capacidade descritiva das Ciências Sociais permanece acima da sua capacidade prognóstica e, na verdade, nada indica que a diferença inclusão/exclusão ainda não vá se acentuar numa sociedade mundial fraticida como a nossa, mas, pelo menos, os parâmetros seletivos que a guiam vêm sendo descritos e redescritos em diversas perspectivas, o que não é pouca coisa.

Considerações finais

A melhor forma de dar fim a este artigo é retomando o construtivismo de von Foerster, para o qual não há nenhuma realidade pré-estruturada. Observamos que as Ciências Sociais, e, particularmente, a Sociologia, como qualquer sistema observador, constroem sua realidade por meio de semânticas e expectativas autocriadas no tempo, contingentes ao ambiente que constroem para si, comunicação a comunicação. É certo que esse artigo mesmo é também uma criação da realidade das Ciências Sociais e, portanto, parcial como qualquer outra observação. Desse pressuposto, decorre que tanto as Ciências Sociais quanto este mesmo artigo, que por meio delas se inscreve, ordenam a realidade à sua própria maneira e que o ambiente das Ciências Sociais e desse artigo é sobremaneira caótico para ser observado sem uma redução. Todavia, as Ciências Sociais emergem sob condições comunicativas bastante particulares, isto é, na modernidade orientada pelo atrator do progresso. Assim, como vimos, ela têm, dentre outras coisas, ocupado-se de melhorar a si mesma e, não raras vezes, tentado melhorar o que observa, evidenciando os pontos cegos dos sistemas sociais para os quais se volta.

Vimos também que o processo de modernização das Ciências Sociais, e da Sociologia em específico, gerou diferenciações internas entre teorias, objetos e abordagens situadas. Nisso tudo, ambientes distintos conformaram diferentes descrições entre Norte e Sul e Centro e Periferia, complexificando em termos estruturais e semânticos a Sociologia, a despeito das contradições aí implicadas. Consideramos também o código inclusão/exclusão como um seletor transversal aos sistemas funcionalmente diferenciados, acrescentando a ele fatores discriminatórios vigentes na sociedade moderna, em particular o racismo, que tem forte ressonância na própria auto-organização das Ciências Sociais e na produção da sua realidade. A opção metodológica de identificar encruzilhadas na autoconstituição das Ciências Sociais e, em particular, da Sociologia, corresponde a uma abordagem sistemicamente orientada, que procurou por equivalentes funcionais, indicando distinções e redundâncias na forma pela qual o sistema em tela se autodescreve. Sem poder exaurir a questão – sobre como é possível a Sociologia –, notamos que a diferenciação interna não impediu sua integração enquanto um sistema mundial; pelo contrário,

enriqueceu de complexidade sua constituição estrutural e semântica. Trocando em miúdos, constatamos que, de uma perspectiva sistêmica, a diversificação não leva à desintegração; longe disso, quanto menos homogêneo um sistema, mais diferentes possibilidades de conectar seus elementos no tempo ele tem, isto é, mais complexidade para lidar com um ambiente que, sabemos, também se complexifica, e aceleradamente. A estabilidade interna é mantida conforme mantém-se o encerramento operativo, pelo meio simbolicamente generalizado da verdade, e conforme as Ciências Sociais permanecem produzindo suas próprias expectativas de forma autodeterminada. Sua porosidade semântica precisa, para tanto, manter-se atrelada à seletividade do próprio sistema, e isso continua ocorrendo por meio de bancas, publicações, simpósios, etc., por mais acaloradas que as discussões possam ser – como sempre foram. Outrossim, de alguma forma as Ciências Sociais estão copiando em si complexidades do seu objeto, o mundo social, no qual a cisão semântica promovida pela colonização dilui-se um pouco todo dia desde o século XVII, construindo um mundo acêntrico formado por inúmeras realidades. O crescimento da variação interna deveria ser, portanto, esperado.

Ao fim e ao cabo, a verdade sociológica não é única, mas múltipla, dado que observamos observações em complexidades temporalizadas. Isso é diferente de qualquer outra ciência, mesmo da História, que observa o que já aconteceu por diversos pontos de vista. A Sociologia observa o que está acontecendo num passado-presente estreito; sua única forma de validação é a revisão por pares, cujas lentes observacionais mudam com menos rapidez que o próprio ambiente. Se a rigorosidade dessas seleções é mantida conforme a diferenciação interna em múltiplos pontos de vista, metodológicos em particular, é uma encruzilhada permanente na qual se encontra toda e qualquer pesquisa social. Não obstante, dado o aumento da complexidade interna, o que a Sociologia das Ciências Sociais pode fazer é lidar com esse aumento por meio de auto-observações parciais, confrontando-se teórica e empiricamente de forma lúcida e permanente. Não é possível saber a utilidade de distinções autoatribuídas se elas não puderem ser experimentadas pela própria teoria, alargando-a, e é o que procurei fazer aqui acerca das diferenciações internas às Ciências Sociais, mesmo que de forma limitada pela TGSS.

Referências

- AHMED, Sara. (2012). *On Being Included: Racism and Diversity in Institutional Life*. Durham and London, Duke University Press.
- ARANTES, Paulo. (2023). *A fratura brasileira do mundo*. São Paulo, Editora 34.
- BARROS, Douglas. (2024). *O que é identitarismo?* São Paulo, Boitempo Editorial.
- BOURDIEU, Pierre. (2013). *Homo Academicus*. Florianópolis, Editora: UFSC.

- CARNEIRO, Sueli. (2023). *Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro, Zahar.
- CEDRA. (2020). *Análise do Censo da Educação Superior*. [Consut. 10-09-2026]. Disponível em <https://cedra.org.br/destaques/havia-muito-mais-docentes-brancos-do-que-negros-nas-instituicoes-de-ensino-superior-privadas-universidades-centros-universitarios-e-faculdades-de-2009-a-2019/?galeria=1>
- CGEE. (2024). *Brasil: Mestres e doutores 2024*. Brasília, DF, CGEE. [Consut. 10-09-2026]. Disponível em <https://mestresdoutores2024.cgee.org.br/>
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. (2016). *Intersectionality*. Cambridge, UK; Malden, MA, Polity Press.
- COSTA, Sérgio. (2006). *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte, UFMG.
- DU BOIS, William Edward B. (2021). *As almas do povo negro*. São Paulo, Veneta.
- DU BOIS, William Edward B. (2023). *O Negro da Filadélfia*. Belo Horizonte, Autêntica Editora.
- DU BOIS, William Edward B. (2026). *Reconstrução negra*. São Paulo, Boitempo.
- DUTRA, Roberto. (2014). "O problema da desigualdade social na teoria da sociedade de Niklas Luhmann". *Caderno CRH*, v. 27, n. 72, pp. 547-561. [Consut. 10-09-2026]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000300007>
- DUTRA, Roberto. (2023). *Teoria sistêmica da desigualdade*. Rio de Janeiro, Ateliê de Humanidades Editorial.
- ESPOSITO, Elena. (2022). *Artificial communication: how algorithms produce social intelligence*. Cambridge, Massachusetts, The MIT Press.
- FERDINAND, Malcom. (2022). *Decolonial Ecology: Thinking from the Caribbean World*. Reino Unido, Editora Polity.
- FERNANDES, Florestan. (2008). *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Global Editora.
- FOERSTER, Heinz von. (2002). *Understanding Understanding: Essays on Cybernetics and Cognition*. New York, Springer-Verlag.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. (2016). *Raízes do Brasil*. São Paulo, Cia das Letras.
- INEP. (2024). *Resumo técnico do censo da educação superior 2022*. Brasília-DF, Inep/MEC.
- LUHMANN, Niklas. (1992). "Zur Einführung", in: Neves, Marcelo, *Verfassung und Positivität des Rechts in der peripheren Moderne: Eine theoretische Betrachtung und eine Interpretation des Falls Brasilien*. Berlim, Duncker und Humblot, pp. 1-4.
- LUHMANN, Niklas. (1995). "Why Does Society Describe Itself as Postmodern?". *Cultural Critique*, Spring n° 30, The Politics of Systems and Environments, Part I, pp. 171-186.
- LUHMANN, Niklas. (1996). *La ciencia de la sociedad*. México, Universidad Iberoamericana.
- LUHMANN, Niklas. (1997). "Por que uma "teoria dos sistemas?", in Neves, Clarissa B; Samios, Eva M. B. (orgs), *Niklas Luhmann: a nova teoria dos sistemas*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul Instituto Goethe/ICBA.
- LUHMANN, Niklas. (2006). *Sociedad de la sociedad*. México, Universidad Iberoamericana.
- LUHMANN, Niklas. (2009). *Introdução à teoria dos sistemas*. Petrópolis, RJ, Editora Vozes.
- LUHMANN, Niklas. (2011). *A realidade dos meios de comunicação*. São Paulo, Paulus.
- LUHMANN, Niklas. (2013). "Inclusão e Exclusão", in Dutra, Roberto; Bachur, João Paulo, *Dossiê Niklas Luhmann*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- LUHMANN, Niklas. (2016a). *O direito da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes.
- LUHMANN, Niklas. (2016b). *Sistemas Sociais: Esboço de uma Teoria Geral*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes.

- MICELI, Sérgio. (1995). “O cenário institucional das Ciências Sociais no Brasil”, in Miceli, Sérgio, *História das Ciências Sociais no Brasil*, v. 2. São Paulo, Editora Sumaré.
- NEVES, Fabrício. (2020). “A periferização da ciência e os elementos do regime de administração da irrelevância”. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 35, n. 104, pp.1-19. [Consut. 10-09-2026]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/3510405/2020>
- NEVES, Marcelo. (2009). *Transconstitucionalismo*. São Paulo, Martins Fontes.
- PASCHEL, Tianna S. (2023). Prefácio. In: *O Negro da Filadélfia*. Belo Horizonte, Autêntica Editora.
- PRADO JÚNIOR, Caio. (2011). *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Editora Schwarcz.
- PUWAR, Nirmal. (2004). *Space Invaders Race, Gender and Bodies Out of Place*. Oxford, Berg Editorial.
- RIBEIRO, Djamila. (2017). *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte, Editora Letramento.
- RIBEIRO, Pedro Henrique. (2013). “Luhmann “fora do Lugar”? Como a “condição periférica” da América Latina impulsionou deslocamentos na teoria dos sistemas”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, n. 83, pp. 105-237. [Consut. 10-09-2026]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-69092013000300007>
- SCHWARZ, Roberto. (2014). *As ideias fora do lugar*. Editora Schwarcz S.A.
- VARELA, Francisco. (1991). “Organism: A meshwork of selfless selves”, in Tauber, Alfred I. (ed), *Organism and the Origins of Self*. Springer Netherlands, pp. 79-107.
- VIEIRA, Jorge de Albuquerque. (2009). “Conhecimento e Ficção”. *Kalíope*, ano 5, n. 1, pp. 59-68. [Consut. 10-09-2026]. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/kaliope/article/view/3830/2497>

Lidiane Rodrigues Domingues



<https://orcid.org/0000-0002-4998-0068>



<http://lattes.cnpq.br/4275681248584424>

Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (Brasil). Mestre e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (Brasil). Pesquisadora nas áreas de teoria social, teoria dos sistemas e cibernética. Artigo parte de pesquisa realizada com fomento do CNPq. E-mail: lidi.domingues1991@gmail.com

Revisão técnico-gramatical

Ana Julia Ferron Gonçalves Dias¹⁵

Conflito de interesses

A autora declara não haver conflitos de interesses de natureza pessoal, comercial, política, acadêmica ou financeira relacionados à pesquisa, à análise dos dados e/ou à redação do manuscrito.

¹⁵ E-mail: anajuliaferron@gmail.com

Financiamento

O presente estudo foi realizado com financiamento do CNPq.

Uso de IA

Foi usada, para revisão ortográfica do artigo, a ferramenta de Ia Quillbot. Não foram, porém, utilizadas ferramentas de inteligência artificial na redação do manuscrito, na análise dos dados ou na elaboração de figuras e tabelas. Ademais, a autora se responsabiliza integralmente pelo conteúdo do texto.

Disponibilidade de dados

Todos os dados utilizados e analisados neste estudo estão apresentados no corpo do manuscrito (tabelas, figuras e descrições metodológicas). Não há conjuntos de dados adicionais.

Contribuições de autoria CRediT

Lidiane Rodrigues Domingues: conceitualização (conceptualization); curadoria de dados (data curation); análise formal (formal analysis); investigação (investigation); metodologia (methodology); redação revisão e edição (writing – review & editing).